

PROCEDIMENTO CONTRADITÓRIO

1. Preâmbulo do documento

O documento que agora se apresenta é enquadrado no processo de avaliação à licenciatura de Economia da Universidade Lusíada de Lisboa, utilizando o direito que lhe assiste através da Lei nº 38/94 de 21 de Novembro que regula a Avaliação do Ensino Superior, nomeadamente, art. 7º (Direito das Instituições Avaliadas) nº 2, que se passa a transcrever:

“2 – As instituições de ensino superior, através dos respectivos órgãos científicos, pedagógicos e administrativos, gozam do direito de responder aos relatórios de avaliação”.

Antes de nos determos na resposta ao Relatório de Avaliação Externa (RAE), primeiro em termos genéricos e depois pormenorizadamente, interessará traçar o quadro que julgamos ser o ajustado para este tipo de iniciativa, não só de natureza legal, como de experiência recolhida quer como elemento de outras Comissões de Avaliação Externa quer como elemento do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

Na circunstância, o art. 4º da referida Lei estabelece as “Finalidades da Avaliação” a qual refere na alínea a) “estimular a melhoria da qualidade das actividades desenvolvidas” e no art. 9º - Fases de Avaliação, alude:

“2. A avaliação externa, na sequência da auto-avaliação, da responsabilidade de entidades creditadas nos termos do art. 10º do presente diploma, destina-se a completar e comprovar o processo de auto-avaliação e a certificação dos seus resultados”.

Partindo destes princípios, julga-se que o RAE não cumpre os requisitos básicos e propósitos em que deve ser enquadrado, uma vez que:

a. Não tem um sentido construtivo, esquece e não releva:

- . O carácter diferenciador do curso, no que concerne a dar a possibilidade a discentes que excluídos do ensino público à entrada, possam vir a frequentar uma licenciatura que por vocação tenham eleito. Tal como se refere no Relatório de Auto-Avaliação (RAA), a instituição está particularmente interessada pela formação dos seus licenciados após a conclusão dos seus estudos e não tanto nas condições de partida (pág. 61, 62, 84 – RAA). Aliás a própria Comissão de Avaliação Externa (CAE) reconhece que os objectivos “correspondem ao que se esperaria de um curso superior universitário que deve capacitar para a utilização de “instrumentos” sem ceder na formação científica de base; tem dimensão profissionalizante sem se confundir com um programa de aperfeiçoamento profissional; tem dimensões de banda larga ...” (pág. 7 – RAE) e mais adiante “A dimensão profissionalizante do curso parece assegurada, bem como a dimensão científica; ...” (pág. 8 – RAE) ou “... o plano de estudos tem potencialidades para fomentar a aprendizagem e estimular a actualização permanente; para estimular o pensamento crítico, o trabalho independente e até o trabalho em grupo ...” (pág. 8 – RAE);
- . O facto do mercado reconhecer a qualidade dos licenciados da Escola, uma vez que a sua esmagadora maioria encontra emprego com muita facilidade (do inquérito aos antigos alunos, apenas 2.8% se encontram inactivos), já que são integrados após um mês de finalizarem a licenciatura em actividades específicas para as quais são preparados pelo curso de Economia (pág. 64, 82 – RAA);
- . O papel do gabinete de saídas profissionais e as fortes ligações existentes entre a Escola e o sector empresarial, particularmente o Conselho Consultivo do Departamento, os quais, têm

desempenhado uma acção de relevância na colocação dos alunos no mercado de trabalho (pág. 93, 94 – RAA).

- b. Não se restringe a “completar e comprovar o processo de auto-avaliação e certificação dos seus resultados” antes adopta uma atitude de suspeição transversal a todo o seu conteúdo, já que a expressão “parece” e a dúvida ao longo do documento é repetida inúmeras vezes, nomeadamente quando se mencionam pontos positivos da avaliação (pág. 4, 8, 10, 11, 14, 22, 23 etc.).
- c. Existem pontos, que detalharemos na análise pormenorizada, que estão distorcidos, confusos ou não correspondem à verdade. Refira-se, apenas a título de exemplo:

“... o plano de estudos tem sofrido ajustamentos, como se referiu em 2.1. Estes ajustamentos não têm sido objecto nem de um aval por estrutura formal, ainda que com carácter consultivo, de que façam parte entidades exteriores à Universidade, sejam do mundo empresarial ou de associações profissionais públicas” (pág. 7 – RAE);

A CAE esquece que qualquer alteração foi apresentada, discutida e aprovada no Conselho Escolar e que a última versão apresentada, para além deste procedimento foi sujeita a crítica e debatida pelo Conselho Consultivo do Departamento;

Refira-se a este propósito que a sua constituição inclui elementos ao mais alto nível empresarial (SIC, EFACEC, Barbosa & Almeida, AXA, Iberomoldes, Generalli, Estoril Sol, Air Luxor, IBM, Autosil, Altis, EMEF, Novabase) e de instituições representativas do sector (CIP, AIP, AEP, APEF, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal). Aluda-se o papel que estes elementos têm representado na organização e participação de actividades extra-curriculares, nomeadamente: palestras (12) colóquios (2), “workshops” (1), visitas de estudantes a empresas,

participação em projectos de investigação aplicados (3), inserção na vida activa, etc. o que contraria o referenciado na pág. 24 do RAE, que sustenta: “Embora se afirme constituído um Conselho Consultivo e se refiram vários tipos de relação com entidades externas, a verdade é que não só elas não estão participando no processo formativo ...” O sublinhado é nosso, que revela o espírito referido em b), como imprecisões, que se julgam seriam evitáveis se fossem pedidos esclarecimentos, quer durante o final da visita (já que foi vedada a possibilidade da Direcção do Departamento e Entidade Instituidora de responderem a uma primeira apreciação da CAE) quer durante a elaboração do RAE.

Analisa-se de seguida cada um dos capítulos que constituem o RAE e que nos merecem comentários. Para facilidade de exposição a denominação das secções é idêntica à apresentada naquele documento.

2. Introdução:

O RAE reconhece que o RAA foi (pág. 4) “um trabalho efectivamente participado, parecendo terem sido criadas condições para que pudesse ser reconhecido por toda a comunidade universitária”. Neste caso julga-se que ao relator ainda ficam dúvidas no que concerne à participação da comunidade académica apesar:

- . Dos Conselhos Escolares realizados a este propósito, em que participaram docentes, representantes dos alunos e elementos da entidade instituidora;
- . Reuniões com os restantes elementos do corpo docente da Licenciatura em Economia;
- . Reuniões específicas para discutir o RAA com os alunos do curso de

Economia (do 1º ao 4º ano) e elementos da Associação Académica;

- . Reunião com os antigos alunos já licenciados;
- . Distribuição, por toda a comunidade universitária de CD's contendo o RAA em discussão.

Pergunta-se, que mais iniciativas deveriam ser tomadas para o sublinhado (parecendo) poder vir a ser retirado?

Afirma-se, na mesma pág. 4, que “o RAA é suficientemente informativo embora, na perspectiva da CAE, não seja suficientemente crítico, podendo os pontos fortes e sobretudo os pontos fracos ter merecido maior sistematização e destaque, particularmente através do enunciado de medidas conducentes à redução das fragilidades existentes”. Na circunstância, julga-se a asserção é no mínimo injusta, já que algumas fragilidades em alguns âmbitos são claramente enunciadas, apresentando-se para todas elas, sem excepção, medidas já em vias de concretização ou a serem tomadas, refira-se a título de exemplo:

- . Combate ao insucesso e ao absentismo escolares (pág. 42, 43, 59 – RAA);
- . Coordenação científica (pág. 35, 36, 37, 38, 39 – RAA);
- . Grau de internacionalização (pág. 48, 55 – RAA);
- . Prestação de serviços à comunidade (pág. 46, 47, 56, 57, 58 – RAA);
- . Incremento à investigação científica (pág. 70, 71, 72, 73 – RAA).

3. O curso e a sua inserção institucional:

A pág. 5 do RAE refere: “o curso não parece no entanto preencher, no

sistema universitário de ensino, qualquer lacuna concreta, não revela especificidades que permitam que se lhe atribua identidade própria", esta asserção não considera:

- . Que a licenciatura ministra ensino de qualidade a uma parte significativa de alunos não aceites no sistema público;
- . Que a esmagadora maioria é integrada na vida activa mesmo antes de terminar a licenciatura o que, perdoe-me o Relator, é um reconhecimento do mercado em relação à formação ministrada pela Escola;
- . Que desenvolve ensino pós-laboral.

Ao não admitir mais nenhum elemento diferenciador, seriam suficientes aqueles apresentados nos dois primeiros pontos para estabelecer a distinção. Aliás, curiosamente, as recomendações alvitradas no RAE neste campo são totalmente coincidentes com a actuação e funcionamento de escolas do sector público.

Na página 6 o RAE diz que: "o Director do Departamento não deveria ser simplesmente nomeado pela entidade instituidora (sob proposta do Reitor) sem existir mecanismo que garanta tanto a boa aceitação do nomeado face particularmente ao corpo docente como o conhecimento profundo da problemática científica de ensino e investigação que o departamento deve cobrir". Julga-se neste caso que a opinião da CAE reflecte um conjunto de pressupostos que interessa esclarecer:

- a. Que o regulamento de funcionamento da Universidade Lusíada foi sancionado pelo Ministério da tutela;
- b. Que a Universidade Lusíada é uma escola privada e como tal tem particularidades específicas de funcionamento. Refira-se que as virtudes públicas muitas vezes não são o que parecem, e em alguns campos demonstraram fragilidades notórias;

- c. Não se devem minimizar os critérios utilizados, pelo Reitor e entidade instituidora, na nomeação do Director do Departamento, uma vez que quaisquer deles reconhecem que apenas a condução a um ensino de qualidade poderá manter de forma sustentada a Escola, quer fruto de alunos candidatos ao primeiro ano, quer do reconhecimento por parte do mercado do mérito dos licenciados;
- d. Que no caso particular do Departamento de Economia e Gestão o seu Director foi Presidente do Departamento de Economia e Gestão de uma Universidade pública, Presidente de um Centro de Investigação na área da Economia e Gestão, reconhecido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (com classificação de Muito Bom) e que durante um período significativo da sua vida se dedicou à actividade empresarial. Não querendo singularizar esta circunstância, gostaríamos que o Senhor Relator ajuizasse do rigor utilizado na escolha do elemento com funções deste tipo.

4. Programa de ensino:

No que concerne aos objectivos refere a pág. 7 o RAE "... e tem intenções de banda larga, embora pudesse e devesse acomodar mais significativamente preocupações de natureza cultural, ao menos pelo reforço de cadeiras de opção eventualmente localizadas em cursos de outros departamentos" e continua na mesma página "A duração nominal não é suficientemente realista, tendo particularmente em atenção o fraco nível de exigência na preparação inicial dos alunos ..." o que são verdadeiros paradoxos no que se refere:

- . Ao equilíbrio do curso reconhecido pelo próprio RAE a pág. 9 alíneas a) a d);
- . Ao verificar que o plano de estudos "... tem potencialidades para fomentar a aprendizagem e estimular a actualização permanente;

para estimular o pensamento crítico, o trabalho independente e até o trabalho em grupo ..." (pág. 8 – RAE);

- . Ao que concerne à duração nominal, não conseguimos perceber o seu alcance. Será que se propõe uma extensão de 5 ou 6 anos? Não julgamos razoável ou justificável tal proposta, até tendo em atenção o preconizado pelos ciclos lectivos, enquadrados pela Convenção de Bolonha.

A pág. 10 alude: "Não se recorre a estágios curriculares, a trabalhos de projectos finais, nem seminários" e mais adiante quando menciona os horários "... em favor de mais oportunidades de estudo individual e de trabalhos de grupo, modalidade esta que parece pouco estimulante e para que não parecem suficientes os espaços adequados disponíveis".

O RAE ignora quase completamente o meritório trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Estágios e de Integração na Vida Activa, que no ano lectivo em análise proporcionou estágios a 21 alunos de Economia ao abrigo de protocolos/acordos estabelecidos com instituições empresariais e que a UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Activa) facilitou estágios profissionais ou formação profissional a cerca de 31 alunos/licenciados em Economia.

O RAE esquece que são desenvolvidos inúmeros trabalhos aplicados, em disciplinas tão diversas como Introdução às Ciências Sociais; Sociologia; Análise e Avaliação de Decisões de Investimento; Sistemas de Informação; Inovação, Tecnologia e Produtividade; Economia do Subdesenvolvimento, Interdependência e Cooperação; Economia do Trabalho etc. O que contraria o explicitado na pág. 11 que "o curso não tem vindo a preocupar-se explicitamente com a preparação e a melhoria das capacidades de comunicação oral e escrita dos alunos ..." uma vez que, para além de relatórios redigidos, os discentes apresentam e discutem com os docentes os temas tratados.

Quanto à disponibilidade de espaços, parece-nos bizarra a sua citação,

uma vez que os alunos têm à sua disponibilidade:

- . Salas de aula com meios informáticos de suporte durante horários extra-curriculares;
- . Salas na Biblioteca;
- . Sala na Mediateca;
- . Sala Universia;
- . Espaço Lusíada.

Mais uma vez o RAE se contradiz, quando no tocante às instalações sublinha na pág. 10: “Os alunos parece disporem de condições de acesso razoáveis aos meios informáticos e de espaços de trabalho suficientes neles” e na pág. 22 “os espaços lectivos e as salas de estudo, as suas condições de arranjo e de conforto, parecem em geral satisfatórios”. Afinal em que ficamos, existe ou não, insuficiência de espaço, de que forma a CAE cumpre o preceituado no art. 9º quando diz que a avaliação externa “destina-se a completar e comprovar o processo de auto-avaliação e a certificação dos seus resultados”, imprecisões deste tipo não devem ser admitidas no documento, dada a sua circunstância pública e os reflexos que para a instituição daí advêm.

No que concerne à internacionalização o RAA concorda com o comentário do RAE, no entanto, não preconiza este uma atitude diversa da linha de rumo traçada pela Universidade, nomeadamente (o que seria recomendável num documento de natureza construtiva):

- . Divulgação das experiências dos alunos deslocados, quando do seu regresso junto dos restantes;
- . Incentivos de redução de pagamento de propinas durante o período de ausência da Universidade;

- . Divulgação das vantagens pelo corpo docente junto da comunidade discente;
- . O envolvimento da escola no programa de estágios Leonardo.

5. Estudantes:

No que diz respeito à admissão de alunos menos classificados no primeiro ano, o RAE diz a pág. 14, ao justificar a razão porque considera inoportuna esta decisão "... não devendo além disso menosprezar-se os efeitos perversos que daí podem derivar sobre o nível de exigência do ensino e da aprendizagem ao longo do curso. Um tal procedimento nunca contribuirá, certamente, para o aumento da qualidade; e a fraca qualificação exigida é certamente um dos pontos fracos do curso".

A Universidade não poderia deixar de referenciar, mais uma vez, o seu total desacordo com a avaliação expressa, já que, conforme teve oportunidade de clarificar:

- . Ao admitir os alunos, de acordo com o descrito a pág. 61 do RAA, não veda a possibilidade de virem a frequentar a licenciatura que por vocação tenham escolhido, já que, não prescindindo de critérios de avaliação e de ensino rigorosos ao longo dos períodos lectivos, está muito mais preocupada com a qualidade dos alunos no acto de conclusão dos seus cursos, do que nos critérios demasiado restritos ao seu acesso;
- . Não se entende os "efeitos perversos que daí podem derivar sobre o nível de exigência do ensino e aprendizagem ao longo do curso", uma vez que tem sido preocupação constante prosseguir os parâmetros definidos no ponto anterior. Seria obviamente, empenhar o futuro da instituição e da licenciatura a médio prazo, por medidas imediatistas que são pela Universidade rejeitadas;

- . Julga a Escola que a sua missão educativa deve nesta circunstância, ser considerada diferenciadora, altamente positiva e digna de respeito em relação às restantes instituições de ensino superior, uma vez que partindo de condições menos favoráveis, no final, a esmagadora maioria dos licenciados encontra colocação no mercado de trabalho em áreas afins da Economia. Este, gostaríamos de referir, é um indicador incontestável do reconhecimento da política que vem sendo seguida.

Aliás o próprio RAE reconhece que “Não se registou nos alunos, nem nos antigos alunos (compareceram apenas quatro), frustração de expectativas técnicas, científicas ou pedagógicas, muito embora não se saiba da representatividade dos elementos presentes nas reuniões”. Mais uma vez o relatório põe em causa, de forma clara, os resultados positivos das constatações, pelo que gostaríamos de chamar a atenção para o seguinte:

- . Os alunos presentes foram todos os elementos delegados de ano (do 1º ao 4º ano), eleitos pelos discentes do respectivo ano;
- . Compareceram os representantes da Associação Académica da Universidade Lusíada de Lisboa;
- . Estiveram presentes todos os restantes alunos da comunidade discente que se pretenderam associar ao exercício. Este anúncio foi realizado através de divulgação publicitada em toda a Escola;
- . Os antigos alunos licenciados nos três últimos anos, foram alertados pessoalmente através de contacto telefónico para a iniciativa. Refira-se, que a reunião convocada pela CAE para este efeito foi agendada para as 10 horas, o que é naturalmente inconveniente, nomeadamente para quem desenvolve a sua actividade profissional.

No que concerne aos “abandonos” o RAE apresenta uma forma original

de os determinar, já que, calcula o número de alunos que deveria realizar provas de avaliação, face aos inscritos em cada disciplina.

Não gostaríamos de por em causa o rigor do RAE, mas face a pressupostos desta natureza, alguma dúvida se nos fica, já que as conclusões são completamente não sustentadas e inconsequentes. Na circunstância, porque não comentam e analisam o indicador a que se chegou na página 63 do RAA, que aponta para um valor próximo dos 13% (não contando com as transferências, reingressos ou mudanças de curso).

No que concerne ao aconselhamento aos estudantes o RAE refere a pág. 15: “Mas fora da vertente clínica, o acolhimento e o acompanhamento cabem ao Director do Departamento que, para sua ajuda, conta com a Associação de Estudantes” esta asserção peca por incompleta, já que:

- . A integração dos alunos do primeiro ano é feita através duma sessão de boas vindas onde se explica as possibilidades de apoio e acompanhamento;
- . O Director do Departamento e o Secretário têm horário de atendimento estabelecido semanalmente, para receber os alunos;
- . Os docentes da licenciatura, em harmonia com o que está estabelecido, prestam acompanhamento continuado aos discentes. A este propósito é o próprio RAE que reconhece a pág. 10 “A disponibilidade dos docentes para corresponderem a solicitações dos alunos parece satisfatória”;
- . O Director do Departamento e o Secretário reúnem-se periodicamente com todos os alunos delegados de ano da licenciatura, de forma a se inteirarem do desenvolvimento da actividade lectiva e auscultarem a opinião e resolverem atempadamente, alguns problemas no início da sua gestação.

6. Recursos Humanos:

Neste ponto convém esclarecer que a via contratual estabelecida pela entidade instituidora, no final de um período inicial estabelecido por lei, conduz a uma ligação definitiva que apenas poderá ser quebrada por razões prefiguradas no código do trabalho. Nesta circunstância, dadas as particularidades das instituições privadas, o contrato tem à partida o perfil de nomeação definitiva. Assim sendo, não existe diferença entre “professores titulares, de nomeação definitiva, e a de admissão contratual”.

No RAE refere-se a pág. 18 que “nem está instituída a existência de “dossier” pedagógico do docente”, de facto esta afirmação não está correcta, uma vez que no serviço encarregue do pessoal docente, existe:

- . O “curriculum vitae” actualizado do docente;
- . O registo do cadastro sob o ponto de vista académico e a sua progressão cronológica, com indicação da natureza dos graus, das datas em que foram obtidos e classificações;
- . Datas de inscrições na Escola e fora dela para prosseguimento de trabalhos de natureza académica (mestrados, doutoramentos ou pós-doutoramentos). Refira-se que a Universidade tem promovido e acompanhado o prosseguimento da carreira dos seus docentes, particularmente os mais jovens.

No que concerne à investigação o RAE refere a pág. 21 “As necessidades de desenvolvimento científico do corpo docente não são referenciadas, o que pode entender-se como o reconhecimento da inexistência de condições para a investigação e a aceitação desse facto”. Julga-se aqui mais uma vez um profundo desconhecimento das grandes preocupações da Universidade, nomeadamente nesta área específica. Refiram-se as iniciativas que foram tomadas neste sentido:

- a. Mobilização de toda a Escola e sensibilização para a importância fulcral da investigação científica, tendo sido realizadas um conjunto de iniciativas por parte da Reitoria e da entidade instituidora, de forma a ser definido um plano a longo prazo para este sector;
- b. Proposta de criação do Centro de Investigação, apresentada à FCT, onde é definida a área científica da Economia como prioritária. Essa unidade integrará, como se refere na pág. 71 e 72 do RAA, todos os docentes que têm apetência para esta actividade e trabalho já desenvolvido. Esta submissão aguarda a decisão da Fundação para a Ciência e Tecnologia;
- c. A criação, de índole voluntarista, de núcleos de investigação que apresentam propostas concretas de projectos de desenvolvimento na área específica da Economia, ao abrigo de Programas de Apoio a este tipo de acções;
- d. Regulamentação interna, sancionada pelo Conselho de Administração, que facilita e faculta apoios à deslocação de docentes a encontros nacionais e internacionais de natureza científica. Não tendo cabimento pois a referência feita na pág. 22 do RAE que refere “O apoio à presença de docentes investigadores em Congressos para apresentarem comunicações deveria ser estimulado”;
- e. A Universidade organiza a nível das três Universidades Lusíada (Lisboa, Porto e Famalicão) o Instituto de Investigação Científica Lusíada.

Desta forma, gostaria de colocar a questão de quais as alternativas que a CAE julga que deverão ser seguidas (esta seria a via construtiva do RAE), uma vez que admite que as iniciativas desenvolvidas são incipientes e representam um cair de braços face à admissão de um longo caminho ainda a percorrer. Julga-se que a avaliação da derivada do

desenvolvimento das várias actividades da Escola e particularmente daquelas levadas a cabo no âmbito da licenciatura em Economia é, quanto a nós, uma das grandes lacunas verificadas neste RAE.

7. Financiamento e infra-estruturas de apoio:

Na pág. 23 do RAE refere que “As instalações da Biblioteca parecem afectadas na sua funcionalidade dada a natureza do edifício e a natureza dos espaços disponíveis; a capacidade da Biblioteca, como local de trabalho, é reduzida”.

Esquece neste caso o RAE os restantes locais disponíveis para o efeito, nomeadamente:

- . Mediateca;
- . Espaço Lusíada;
- . Espaço Universia (com suporte informático);
- . Salas de aulas com facilidades computacionais.

No que concerne mesmo à Biblioteca, admitindo o número de utilizadores anuais (cerca de 15.000), resultaria em termos médios (naturalmente que existem períodos de maior frequência junto aos momentos de avaliação de conhecimentos) diários 50 utentes (15.000 utentes / 300 dias) o que fica muito aquém dos 165 lugares disponibilizados, não se entende pois a afirmação registada.

Refere ainda o RAE a pág. 23 “ficou a CAE com a convicção de que as limitações existem também ao nível do acervo bibliográfico ...”. Esta afirmação, que é muito negativa, tal como é transcrita não tem significado algum, uma vez que não é suportada em nenhum dado objectivo, é inconsequente (mais uma vez ressalta o carácter não

construtivo do Relatório). Gostaríamos, no entanto, de acrescentar que o acervo da área da Economia é constituído por cerca de 2.000 referências, correspondentes em grande parte aos elementos bibliográficos de suporte às disciplinas da licenciatura. Também é de referir todas as obras e acervos que existem na área da Economia na Mediateca, que é aliás um centro de documentação europeia e simultaneamente coordenador de todos os centros nacionais.

8. Conclusão do documento

Como conclusão deste procedimento contraditório e tendo como suporte o conjunto de esclarecimentos e factos apontados, é nosso parecer ser de sintetizar o seguinte:

O RAE (Relatório de Avaliação Externa) não se enquadra no espírito que deve presidir às acções de Avaliação do Ensino Superior (lei 38/94 de 21 de Novembro), já que:

- . Não tem um sentido eminentemente construtivo, esquecendo ou minorando os pontos positivos constatados;
- . Tem uma apreciação eminentemente estática não apreciando o sentido da derivada das iniciativas levadas a cabo ou propostas no RAA (Relatório de Auto-Avaliação);
- . Adopta uma atitude de suspeição relativa especialmente aos pontos positivos da avaliação;
- . Apresenta considerações que são distorcidas, confusas ou em alguns casos não correspondem à verdade;
- . Apresenta contradições internas evidentes, que são clarificadas ao longo deste documento.

O Relatório de Avaliação Externa, não contribui, quanto a nós, para credibilizar o sistema de Avaliação do Ensino Superior, já que seria de esperar um contributo positivo para ultrapassar fragilidades devidamente e inequivocamente detectadas, suportadas por uma análise autónoma, imparcial e rigorosa, ele não estimula, de todo, “a melhoria da qualidade das actividades desenvolvidas” não “informa e esclarece a comunidade educativa e a comunidade portuguesa em geral” não permite “assegurar um conhecimento mais rigoroso e um diálogo mais transparente entre as instituições de ensino superior” e não contribui “para o ordenamento da rede de instituições de ensino superior”, em suma, contradiz profundamente as Finalidades da Avaliação (art. 4º - Lei 38/94 de 21 de Setembro).

Lisboa, 15 de Julho de 2004

O Reitor

Prof. Doutor Diamantino Freitas Gomes Durão

O Presidente do Conselho de Administração da Fundação Minerva

Prof. Dr. António Martins da Cruz

O Director do Departamento de Economia

Prof. Doutor José Álvaro Assis Lopes